

Cumpriu a ordem, foi demitido

O superintendente da 6ª Superintendência da Funai foi exonerado porque resolveu levar a sério a portaria que ordenava a retirada dos invasores do território indígena

Terra imemorial dos Javaé e Karajá, a maior ilha fluvial do mundo, localizada em Tocantins, entre os rios Javaés e Araguaia, tem quase dois milhões de hectares. Entretanto, os 2 mil 700 índios que habitam a Ilha do Bananal não conseguem ocupar mais do que 20% do Parque Indígena do Araguaia, disputando espaço com cerca de 8 mil invasores, 120 mil bovinos, 6 mil eqüinos e suínos, 1500 quilômetros de cercas e 70 mil metros quadrados de área construída. Desestruturados socialmente, os índios tornaram-se alcoólatras e perambulam como miseráveis nas cidades vizinhas.

O Parque Indígena do Araguaia foi criado em 31 de dezembro de 1959, com 1 milhão 395 mil hectares. Na mesma data, foi criado o Parque Nacional do Araguaia, ao norte da Ilha do Bananal, tomando 520 mil hectares do território indígena, onde está localizada a aldeia Boto Velho, dos Karajá. Anualmente, entre os meses de dezembro e maio a ilha fica intransitável, submersa pela cheia dos rios. Quando as águas baixam, uma rica pastagem, a canarana, estará brotada e engordará, nos outros meses do ano, as milhares de reses que retornam depois das chuvas. Os animais pertencem a latifundiários do Tocantins e de outros Estados. Cinco municípios abarcam a Ilha do Bananal: Araguaçu, Sandoiândia, Formoso do Araguaia, São Miguel e Cristalândia.

Uma ordem para não ser cumprida

No dia 11 de setembro de 1990, o presidente da Fundação Nacional do Índio, Cantídio Guerreiro, determinou a retirada de todos os invasores da ilha. Dez dias depois, desistiu da idéia. Mas em 7 de novembro, resolveu assinar a Portaria 1.081, incumbindo a Sexta Superintendência Regional do órgão, sediada em Goiânia, de notificar os invasores e retirá-los de lá, em trinta dias. O então superintendente Amilton Gerônimo de Figueiredo iniciou o cumprimento da determinação, e, por isto mesmo, acabou demitido, no dia 11 de dezembro, exatamente um ano depois de ter tomado posse.

De acordo com fontes ligadas à Presidência da Funai, a Portaria 1.081 não deveria ser cumprida. Sua assinatura teria sido uma resposta à Ação Civil Pública, proposta pelo Ministério Público Federal em outubro de 1989, que requer a denúncia de todos os contratos de arrendamentos incidentes no Parque Indígena do Araguaia, interdição, desocupação e reintegração de posse do território indígena. O superintendente teria sido demitido porque, ao iniciar a desobstrução da ilha, irritou alguns amigos do sargento da Aeronáutica Cantídio Guerreiro, que,



sem patrimônio do município e não da União. Anos depois da demarcação do território indígena, a Portaria 81, de abril de 1969, autorizou a administração do Parque a arrecadar contribuições dos não índios que ocupavam a ilha pela "permanência de gado, uso das terras para a agricultura, pedágios pelo uso de estradas, consumo de água, luz e esgoto, estadia de embarcações nos portos, uso do Hospital do Índio Carajá, taxa de ingresso na aldeia indígena em horário predeterminado e foro por metro quadrado de área construída". Posteriormente, a Funai passou a cobrar também um imposto por metro linear de cercas.

Alguns dias antes da exoneração de Amilton Gerônimo, Cantídio foi visitado pelo deputado federal Freire Júnior, eleito por Tocantins, e alguns deputados estaduais e prefeitos de municípios que abrangem a Ilha do Bananal. O grupo teria convencido Cantídio a demitir o superintendente.

No dia 6 de dezembro, Amilton Gerônimo recebeu um telex da presidência da Funai informando sua exoneração. A mensagem justificava que o superintendente estaria "extrapolando atribuições no cumprimento das determinações da Portaria 1.081, criando clima de intranquilidade junto à comunidade e autoridades políticas e governamentais da região, procurando jogar a opinião pública contra o presidente da Funai e o presidente da República".

Apesar de desconversar sobre o motivo de sua saída da 6ª Suer, Amilton Gerônimo admitiu ao jornal PORANTIM que o administrador regional do Araguaia, José Temponi, tem gado em terra indígena. O ex-superintendente confirmou ainda que repassou 45 milhões de cruzeiros de multas arrecadadas entre junho e dezembro do ano passado para as Administrações Regionais da Funai Araguaia e Gurupi (também localizada em Tocantins) e que, no mesmo período, apreendeu cinco toneladas de peixes que seriam comercializadas ilicitamente, incinerando redes e tarrafas de pescadores.

120 mil cabeças de gado pastam na ilha

Amilton Gerônimo também confirmou a presença de quase 8 mil invasores na Ilha do Bananal — "empregados de latifundiários e curral eleitoral de políticos do Tocantins" —, 120 mil cabeças de gado, 70 mil metros quadrados de área construída pertencentes aos pecuaristas, 6 mil eqüinos e suínos e 1500 metros de cercas, que encurralam os índios.

O bispo da Diocese de São Félix do Araguaia, Dom Pedro Casaldáliga, acusa a União "pela miséria de uma população indígena desequilibrada socialmente, que perambula miseravelmente, pois apesar de a legislação proibir, a União amparou a presença de invasores no território indígena, arrendando-o para a criação de bovinos. A Funai tem interesse neste dinheiro", assegurou.

(Cristina Ávila)

Pedreiros e bóias-frias do Eldorado

A inauguração do Estado do Tocantins, há dois anos, provocou a "febre de um novo Eldorado". Promessas de um novo "sonho" regional, industrialização rápida, aproveitamento de riquezas naturais e contratos de construção civil ocasionaram uma onda migratória para a região. Num país em crise, o Tocantins parecia estar vivendo uma realidade à parte do Brasil.

O lema "20 anos em 2" transformou cidades de porte mínimo em conglomerados humanos. No meio do cer-

rado, Palmas, a capital do Estado está sendo contruída às custas de capital privado.

Enquanto isto, a corrupção, a servidão, a subserviência continuaram imperando.

O novo governo toma posse em março com a sua política própria. No entanto, parece que algo continuará igual: o interesse pelas terras indígenas.

Correm pelos corredores informações de que as terras indígenas no Tocantins são riquíssimas em minérios. As terras dos Xerente, ricas em urânio, ouro e minério de ferro; as terras Karajá, potencialmente ricas pela possibilidade de implantação de projetos de arroz e soja mecanizados.

No Tocantins, o governo e a iniciativa

va privada têm a intenção de integrar os índios o mais rapidamente possível. Por isso vão, aos poucos, arrendando as suas terras, cooptando as suas lideranças e impondo às aldeias a dependência de insumos.

Empresas como a Thermaq, as cooperativas japonesas de Cotia e outras têm planos de expansão para a região. Ainda é uma incógnita a posição do novo governador Moisés Avelino em relação à questão indígena. E preciso, porém, que os povos indígenas do Tocantins comecem a resistência desde já. Caso contrário, serão os futuros pedreiros das construtoras de pontes alemãs ou bóias-frias das fazendas japonesas.

(Geraldo Gomes, Cimi/GO TO)